

**Projeto de Lei Orçamentária Anual
PLOA de 2013**

**Tribunal Regional Eleitoral de São
Paulo e Justiça Eleitoral**

Para as **Despesas de Pessoal e Encargos Sociais**¹ do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO** – T.R.E. SP está destinado R\$ 412,4 milhões no Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2013 – PLOA 2013, conforme abaixo².

Em 2012, o Orçamento Autorizado até o dia 22/09/2012, é de R\$ 391,9 milhões, ou seja, há um aumento na dotação de R\$ 20,5 milhões, ou de 5,24%.

Projeto/Atividade	PL 2013	AUTORIZADO 2012	Aumento R\$	Aumento %
Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	90.176.270	96.195.461	(6.019.191)	-6,26%
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	51.766.862	42.004.343	9.762.519	23,24%
Pagamento de Pessoal Ativo da União	270.528.808	253.747.531	16.781.277	6,61%
Total	412.471.940	391.947.335	20.524.605	5,24%

No entanto, nos valores Autorizados para 2012, assim como em outros anos, havia as Despesas com Sentenças Judiciais – SJ e com Exercícios Anteriores - DEA, que em princípio não constam dos montantes do PLOA 2013, já que os valores para esses fins ficam alocados inicialmente no orçamento da Justiça Eleitoral – JE no Tribunal Superior Eleitoral – TSE.

¹ Posteriormente será enviado texto com a análise do Total do Orçamento do TRE e da JE, incluindo as outras despesas que constam do orçamento.

² Há um arquivo anexo a este texto, que traz mais informações a respeito, com tabelas, fonte de dados, metodologia, e gráficos.

Assim, para uma comparação mais adequada, é necessário retirar dos valores de 2012, o que foi executado de SJ e DEA.

Desta forma o valor do orçamento de 2012 é de R\$ 387,3 milhões, havendo, portanto, aumento, de R\$ 25,1 milhões ou de 6,49%.

Embora seja muito difícil de ocorrer, em tese, os valores do PLOA 2013 poderão ter mudança, pois o mesmo terá que ser aprovado pelo Congresso Nacional e voltar para sanção do Poder Executivo.

Também os valores Autorizados de 2012, poderão ainda durante o exercício ter créditos ou cancelamentos de dotação, ou mesmo pagamento de mais valores de SJ e DEA, o que fará aumentar a proporção de um ano para o outro.

<i>Projeto/Atividade</i>	<i>PLOA 2013</i>	<i>AUTORIZADO 2012 Sem SJ e DEA</i>	<i>Aumento R\$</i>	<i>Aumento %</i>
Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	90.176.270	94.039.042	(3.862.772)	-4,11%
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	51.766.862	41.992.428	9.774.434	23,28%
Pagamento de Pessoal Ativo da União	270.528.808	251.306.915	19.221.893	7,65%
Total	412.471.940	387.338.385	25.133.555	6,49%

Apesar do T.R.E de São Paulo, ter executado valores de pagamento de retroativos, relativamente aos outros Órgãos do Poder Judiciário Federal – PJF, a Justiça Eleitoral em 2012, executou valores muito pequenos para o pagamento de passivos.

Isso deverá ocorrer nas próximas semanas, o que deve elevar a dimensão do aumento no orçamento para 2013.

Para toda a **Justiça Eleitoral** – JE está destinado, para as **Despesas de Pessoal e Encargos Sociais**, no PLOA 2013, o montante de R\$ 3,240 bilhões.

Em 2012 até 22 de setembro, estava Autorizado um gasto de R\$ 3,552 bilhões.

Assim, há uma redução de R\$ 311 milhões, ou de 8,76% no total do orçamento da JE.

<i>Projeto/Atividade</i>	<i>PL 2013</i>	<i>AUTORIZADO 2012</i>	<i>Aumento R\$</i>	<i>Aumento %</i>
Pagamento de Passivos Judiciais/Administrativos (Juros URV, Parcela Autônoma de Equivalência e Adicional por Tempo de Serviço) - Aposentadorias e Pensões	25.358.069	11.561.311	13.796.758	119,34%
Pagamento de Passivos Judiciais/Administrativos (Juros URV, Parcela Autônoma de Equivalência e Adicional por Tempo de Serviço) - Pessoal Ativo	32.680.080	21.566.565	11.113.515	51,53%
Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Passivos Judiciais/Administrativos (Juros URV, Parcela Autônoma de Equivalência e Adicional por Tempo de Serviço)	20.358	7.794	12.564	161,20%
Contribuição da União para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente da Criação e/ou Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos e Carreiras e Revisão de Remunerações	3.964.918	4.166.323	(201.405)	-4,83%
A CLASSIFICAR	-	3.851.575	(3.851.575)	-100,00%
Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Cíveis	618.062.362	620.332.953	(2.270.591)	-0,37%
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	349.980.773	342.864.455	7.116.318	2,08%
Criação e/ou Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações - Pessoal Ativo	30.695.604	26.299.489	4.396.115	16,72%
Pagamento de Pessoal Ativo da União	2.171.142.508	2.282.392.623	(111.250.115)	-4,87%
Pleitos Eleitorais	9.049.253	239.000.000	(229.950.747)	-96,21%
Total	3.240.953.925	3.552.043.088	(311.089.163)	-8,76%

Porém, também conforme colocado acima, para uma melhor comparação é importante retirar do orçamento de 2012 os valores relativos às SJ e DEA.

Também como em 2012 há as eleições, e em ano eleitoral o orçamento da JE recebe uma dotação extra, denominada de Pleitos Eleitorais para o pagamento de diversas despesas, inclusive de pessoal e encargos.

O montante relativo a esse gasto de 2012, deverá ser abatido, para evitar distorções na comparação com 2013.

Dessa forma o valor do orçamento de Pessoal e Encargos Sociais, sem SJ, DEA, e de Pleitos Eleitorais é de R\$ 3,055 bilhões,

passando agora o orçamento a ter um aumento de R\$ 167 milhões ou de 5,48%.

<i>Projeto/Atividade</i>	<i>PLOA 2013</i>	<i>AUTORIZADO 2012 Sem SJ E DEA</i>	<i>Aumento R\$</i>	<i>Aumento %</i>
Pagamento de Passivos Judiciais/Administrativos (Juros URV, Parcela Autônoma de Equivalência e Adicional por Tempo de Serviço) - Aposentadorias e Pensões	25.358.069	11.561.311	13.796.758	119,34%
Pagamento de Passivos Judiciais/Administrativos (Juros URV, Parcela Autônoma de Equivalência e Adicional por Tempo de Serviço) - Pessoal Ativo	32.680.080	21.566.565	11.113.515	51,53%
Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Passivos Judiciais/Administrativos (Juros URV, Parcela Autônoma de Equivalência e Adicional por Tempo de Serviço)	20.358	7.794	12.564	161,20%
Contribuição da União para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente da Criação e/ou Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos e Carreiras e Revisão de Remunerações	3.964.918	4.166.323	(201.405)	-4,83%
A CLASSIFICAR	-	3.851.575	(3.851.575)	-100,00%
Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Cíveis	618.062.362	614.085.114	3.977.248	0,65%
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	349.980.773	342.048.587	7.932.186	2,32%
Criação e/ou Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações - Pessoal Ativo	30.695.604	26.299.489	4.396.115	16,72%
Pagamento de Pessoal Ativo da União	2.171.142.508	2.270.721.923	(99.579.415)	-4,39%
Total SEM Pleitos Eleitorais	3.231.904.672	3.294.308.681	(62.404.009)	-1,89%
Pleitos Eleitorais	9.049.253	238.934.119	(229.884.866)	-96,21%
Total Com Pleitos Eleitorais	3.222.855.419	3.055.374.562	167.480.857	5,48%

Há no anexo V do orçamento uma dotação de R\$ 1.097.662.553, para a revisão geral da remuneração dos servidores, em todos os Órgãos do Poder Judiciário Federal - PJJF.

Esse montante é relativo ao “acordo” que teriam chegado o STF com o Poder Executivo, para o pagamento de 1ª parcela do PL 4363-2012.

Tal valor ainda **não** está incluído no orçamento do Poder Judiciário Federal, porém está “reservado” no PLOA 2013.

Além disso, no mesmo Anexo V, do PLOA 2013, a título de “*CRIAÇÃO E/OU PROVIMENTOS DE CARGOS, EMPREGOS E FUNÇÕES, BEM COMO ADMISSÃO OU CONTRATAÇÃO DE PESSOAL, A QUALQUER TÍTULO, EXCETO REPOSIÇÕES*” há um montante de R\$ 34.660.522, somente para a Justiça Eleitoral, que em princípio não estão incluídos nas dotações, mas que está também “reservado”.

Não há nenhuma discriminação dos Tribunais Eleitorais que receberão esse montante.

Durante o transcorrer da execução orçamentária em 2013, serão realizadas estimativas sobre as possibilidades de sobras orçamentárias nas despesas de pessoal e nas outras rubricas.

Mas já é possível adiantar que em nível nacional, a Justiça Eleitoral – JE teve um aumento importante no orçamento para as despesas de pessoal e encargos.

Em 2010 foram criados três novos Projetos/Atividade, abaixo discriminados, fruto de um acordo entre o Poder Judiciário e Executivo, de parcelamento dos passivos em 4 anos:

1-“*Pagamento de Passivos Judiciais/Administrativos (Juros URV, Parcela Autônoma de Equivalência e Adicional por Tempo de Serviço) - Aposentadorias e Pensões*”.

2- “*Pagamento de Passivos Judiciais/Administrativos (Juros URV, Parcela Autônoma de Equivalência e Adicional por Tempo de Serviço) - Pessoal Ativo*”.

3- “*Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Passivos Judiciais/Administrativos (Juros*

URV, Parcela Autônoma de Equivalência e Adicional por Tempo de Serviço)”

No PLOA 2013, para o pagamento de passivos aos inativos e pensionistas foi destinado R\$ 25,3 milhões, montante bem maior que os R\$ 13,8 milhões do PLOA de 2012.

Para os retroativos do pessoal ativo, o orçamento é de R\$ 32,6 milhões. No PLOA de 2012, estava previsto R\$ 22,1 milhões.

E, há mais R\$ 20 mil para a Contribuição à Previdência, decorrentes do pagamento desses passivos. Valor igualmente maior do que os R\$ R\$ 12 mil, do PLOA de 2012.

No PLOA 2013, no total para o pagamento de passivos das há uma de dotação de R\$ 58,058 milhões, valor superior do que os R\$ 36,0 milhões previstos no PLOA de 2012.

Note que os valores constantes do PLOA 2012, para o pagamento de passivos, praticamente ainda não foram executados, restando em 22 de setembro R\$ 33,1 a serem liquidados, indicando ainda para 2012, amplas condições de pagamento de passivos.

Como sempre, além desses montantes, previamente destinados para o pagamento de dívidas, existe também “margem” nos orçamentos anuais.

Ou seja, poderá ocorrer pagamento de passivos em valores maiores do que o previsto no PLOA de 2013 como vem ocorrendo nos últimos, mesmo depois da criação da rubrica própria para o pagamento dos passivos.

Essa margem está praticamente toda no orçamento do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, mesmo existindo também sobras nos Tribunais do Trabalho nas Regiões.

Porém nos Regionais elas ocorrem em menor grau.

O TSE, a partir dos montantes nas rubricas de pagamento de passivos, e das sobras no orçamento regular, durante o exercício vai remanejando para os TRE nos Estados.

Assim, a partir do que foi exposto, o quadro orçamentário em 2013 é MUITO FAVORÁVEL na Justiça Eleitoral para o pagamento de passivos, em proporção ainda maior do que em 2012.

Mesmo considerando-se um pequeno aumento ou até mesmo redução no orçamento de algum T.R.E..

Dessa forma, há plenas condições de se avançar no pagamento de dívidas da JE para com seus servidores.

São Paulo, 11 de outubro de 2012.

Washington Luiz Moura Lima
Coordenador do Departamento Econômico
Do Sintrajud/SP